

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	87
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	640.714
Preferenciais	392.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.837.752	8.761.750
1.01	Ativo Circulante	2.050.827	1.910.604
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	424.014	76.687
1.01.01.01	Caixa e Bancos	509	543
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	423.505	76.144
1.01.03	Contas a Receber	157.938	153.802
1.01.03.01	Clientes	157.938	153.802
1.01.06	Tributos a Recuperar	85.089	111.064
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	85.089	111.064
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	85.089	111.064
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.383.786	1.569.051
1.01.08.03	Outros	1.383.786	1.569.051
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	78.868	56.813
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.185.040	1.160.951
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	84.169	58.257
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	30.483	29.691
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	258.133
1.01.08.03.06	Outros ativos	5.226	5.206
1.02	Ativo Não Circulante	6.786.925	6.851.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.379.772	4.412.355
1.02.01.03	Contas a Receber	12.612	12.473
1.02.01.03.01	Clientes	12.612	12.473
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.367.160	4.399.882
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	5.993	4.541
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	4.333.761	4.369.883
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	14.686	13.326
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	12.720	12.132
1.02.02	Investimentos	2.365.239	2.395.357
1.02.02.01	Participações Societárias	2.365.239	2.395.357
1.02.03	Imobilizado	21.723	22.805
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.723	22.805
1.02.04	Intangível	20.191	20.629
1.02.04.01	Intangíveis	20.191	20.629
1.02.04.01.02	Intangível	20.191	20.629

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.837.752	8.761.750
2.01	Passivo Circulante	492.409	994.837
2.01.02	Fornecedores	17.577	30.528
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.577	30.528
2.01.03	Obrigações Fiscais	67.769	22.035
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	67.769	22.035
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	67.769	22.035
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	306.145	862.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.152	625.816
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.624	6.612
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.528	619.204
2.01.04.02	Debêntures	297.993	236.273
2.01.05	Outras Obrigações	100.918	80.185
2.01.05.02	Outros	100.918	80.185
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	54.160	51.605
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	26.348	0
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	20.406	28.576
2.02	Passivo Não Circulante	3.714.593	3.389.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.186.593	2.793.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	380.409	41.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	39.692	41.338
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	340.717	0
2.02.01.02	Debêntures	2.806.184	2.751.974
2.02.02	Outras Obrigações	127.471	144.797
2.02.02.02	Outros	127.471	144.797
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	127.471	144.797
2.02.03	Tributos Diferidos	399.429	450.679
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	399.429	450.679
2.02.03.01.01	IR / CS Diferidos	134.480	185.661
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	264.949	265.018
2.02.04	Provisões	1.100	1.060
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.100	1.060
2.03	Patrimônio Líquido	4.630.750	4.377.065
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	740.523	740.523
2.03.04.01	Reserva Legal	253.882	253.882
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	163.982	163.982
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	322.659	322.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	253.685	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	369.802	311.927
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.005	-22.145
3.02.01	Pessoal e Administradores	-9.129	-7.463
3.02.02	Material	1.020	-8.606
3.02.03	Serviços de Terceiros	-3.724	-4.751
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-171
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.001	-1.154
3.03	Resultado Bruto	356.797	289.782
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	78.008	60.344
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.203	-22.251
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-18.497	-16.237
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-2.451	-3.772
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-974	-234
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.281	-2.008
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	103.211	82.595
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	434.805	350.126
3.06	Resultado Financeiro	-136.583	-138.792
3.06.01	Receitas Financeiras	9.526	8.793
3.06.02	Despesas Financeiras	-146.109	-147.585
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	298.222	211.334
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.537	-9.401
3.08.01	Corrente	-95.718	30.364
3.08.02	Diferido	51.181	-39.765
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	253.685	201.933
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	253.685	201.933
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,24546	0,19539
3.99.01.02	PN	0,24546	0,19539
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,24546	0,19539
3.99.02.02	PN	0,24546	0,19539

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	253.685	201.933
4.03	Resultado Abrangente do Período	253.685	201.933

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	428.831	401.680
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.600	38.914
6.01.01.01	Resultado do Período	253.685	201.933
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-103.211	-82.595
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.145	405
6.01.01.04	Juros e Variação Monetárias sobre Empréstimos, Financiamentos	-43.108	112.664
6.01.01.05	Juros e Variação Monetárias sobre Debêntures	115.930	133.750
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	44.537	9.401
6.01.01.07	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	40	0
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-69	-1.576
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-292.072	-235.793
6.01.01.10	Receita de Construção e Indenização	915	-6.574
6.01.01.11	Provisão para Parcela Variável	1.381	6.886
6.01.01.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.427	-99.587
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	375.231	362.766
6.01.02.01	(Aumento) redução em Cliente	-5.656	10.093
6.01.02.02	Redução no Ativo Financeiro	303.190	290.843
6.01.02.03	(Aumento) redução no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-24.009	5.393
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-25.563
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	3.831	-851
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-12.951	-7.296
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	2.555	2.109
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	853	41.922
6.01.02.11	Dividendos e JCP recebidos das controladas em conjunto e coligadas	30.002	46.116
6.01.02.12	Dividendos recebidos de controladas	77.416	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.132	-404.590
6.02.01	Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	-23.507	-404.668
6.02.04	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	375	78
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-58.372	-8.273
6.03.02	Captação de novos empréstimos	0	5.437
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-230.674	-46
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.811	-2.686
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-9.552	-10.978
6.03.06	Recebimento na Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos - Principal	186.665	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	347.327	-11.183
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.687	64.190
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	424.014	53.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	253.685	0	253.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	253.685	0	253.685
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	740.523	253.685	0	4.630.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.933	0	201.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.933	0	201.933
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	588.090	201.933	0	4.426.565

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	405.499	345.006
7.01.02	Outras Receitas	405.499	345.006
7.01.02.01	Operação e Manutenção	114.689	110.032
7.01.02.02	Construção e Indenização	-915	6.574
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	292.072	235.793
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	-347	-7.393
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.731	-19.717
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.155	-17.129
7.02.04	Outros	-3.576	-2.588
7.03	Valor Adicionado Bruto	396.768	325.289
7.04	Retenções	-1.145	-405
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.145	-405
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	395.623	324.884
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	112.737	91.388
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	103.211	82.595
7.06.02	Receitas Financeiras	9.526	8.793
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	508.360	416.272
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	508.360	416.272
7.08.01	Pessoal	23.355	20.252
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.442	12.285
7.08.01.02	Benefícios	6.136	6.898
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.777	1.069
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.211	46.502
7.08.02.01	Federais	84.903	46.287
7.08.02.02	Estaduais	118	91
7.08.02.03	Municipais	190	124
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.109	147.585
7.08.03.01	Juros	72.822	246.414
7.08.03.03	Outras	73.287	-98.829
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.427	-99.587
7.08.03.03.02	Outros	-1.140	758
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	253.685	201.933
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	253.685	201.933

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.943.478	8.862.458
1.01	Ativo Circulante	2.185.895	2.082.212
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	432.163	132.441
1.01.01.01	Caixa e Bancos	550	671
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	431.613	131.770
1.01.03	Contas a Receber	169.362	165.088
1.01.03.01	Clientes	169.362	165.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.086	128.318
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.086	128.318
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	100.086	128.318
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.484.284	1.656.365
1.01.08.03	Outros	1.484.284	1.656.365
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	97.048	82.875
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.266.490	1.239.720
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	82.899	38.559
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	258.133
1.01.08.03.05	Outras contas a receber	32.522	31.774
1.01.08.03.06	Outros ativos	5.325	5.304
1.02	Ativo Não Circulante	6.757.583	6.780.246
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.987.556	5.011.048
1.02.01.03	Contas a Receber	13.385	13.237
1.02.01.03.01	Clientes	13.385	13.237
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.974.171	4.997.811
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	6.584	5.097
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.937.153	4.965.463
1.02.01.09.06	Outras contas a receber	14.997	13.489
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	15.437	13.762
1.02.02	Investimentos	1.728.113	1.725.764
1.02.02.01	Participações Societárias	1.728.113	1.725.764
1.02.03	Imobilizado	21.723	22.805
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.723	22.805
1.02.04	Intangível	20.191	20.629
1.02.04.01	Intangíveis	20.191	20.629
1.02.04.01.02	Intangível	20.191	20.629

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.943.478	8.862.458
2.01	Passivo Circulante	503.670	1.008.424
2.01.02	Fornecedores	19.306	33.712
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.306	33.712
2.01.03	Obrigações Fiscais	70.386	24.493
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.386	24.493
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	70.386	24.493
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	308.610	864.554
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.617	628.281
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.089	9.077
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.528	619.204
2.01.04.02	Debêntures	297.993	236.273
2.01.05	Outras Obrigações	105.368	85.665
2.01.05.02	Outros	105.368	85.665
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	57.942	55.229
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	26.348	0
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	21.074	30.432
2.02	Passivo Não Circulante	3.809.058	3.476.969
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.200.660	2.807.991
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	394.476	56.017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	53.759	56.017
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	340.717	0
2.02.01.02	Debêntures	2.806.184	2.751.974
2.02.02	Outras Obrigações	135.305	153.809
2.02.02.02	Outros	135.305	153.809
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	135.305	153.809
2.02.03	Tributos Diferidos	471.993	514.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	471.993	514.109
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	149.923	192.796
2.02.03.01.02	Pis e Cofins diferidos	322.070	321.313
2.02.04	Provisões	1.100	1.060
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.100	1.060
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.630.750	4.377.065
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	740.523	740.523
2.03.04.01	Reserva Legal	253.882	253.882
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	163.982	163.982
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	322.659	322.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	253.685	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	404.973	342.526
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.568	-21.879
3.02.01	Pessoal e administradores	-9.641	-7.724
3.02.02	Material	439	-6.843
3.02.03	Serviços de terceiros	-4.218	-5.843
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-171
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-977	-1.298
3.03	Resultado Bruto	390.405	320.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	51.055	36.167
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.636	-22.627
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-18.482	-16.237
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-2.683	-4.067
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-974	-234
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-3.497	-2.089
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.691	58.794
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	441.460	356.814
3.06	Resultado Financeiro	-133.787	-137.391
3.06.01	Receitas Financeiras	12.434	10.213
3.06.02	Despesas Financeiras	-146.221	-147.604
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	307.673	219.423
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.988	-17.490
3.08.01	Corrente	-96.861	29.029
3.08.02	Diferido	42.873	-46.519
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	253.685	201.933
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	253.685	201.933
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	253.685	201.933
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,24546	0,19539
3.99.01.02	PN	0,24546	0,19539
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,24546	0,19539
3.99.02.02	PN	0,24546	0,19539

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	253.685	201.933
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	253.685	201.933
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	253.685	201.933

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	374.096	429.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.038	45.580
6.01.01.01	Resultado do Período	253.685	201.933
6.01.01.02	Receita de Equivalência	-76.691	-58.794
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.145	405
6.01.01.04	Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	40	0
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos	-43.003	112.783
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	115.930	133.750
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	53.988	17.490
6.01.01.08	Tributos diferidos	757	-782
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-322.208	-264.070
6.01.01.10	Receita de construção e indenização	540	-4.444
6.01.01.11	Provisão para Parcela Variável	1.428	6.896
6.01.01.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.427	-99.587
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	314.058	383.467
6.01.02.01	(Aumento) redução em clientes	-5.850	10.968
6.01.02.02	Redução no Ativo Financeiro	323.209	309.290
6.01.02.03	(Aumento) redução no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-22.693	7.316
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-43	-26.849
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	2.641	-731
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-14.406	-10.141
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	2.713	2.247
6.01.02.10	(Redução) aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	-1.515	45.251
6.01.02.11	Dividendos e JCP recebidos das controladas em conjunto e coligadas	30.002	46.116
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.285	-404.591
6.02.01	(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários	-15.660	-404.668
6.02.04	Adições/baixas no Imobilizado e Intangível	375	77
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-59.089	-9.128
6.03.02	Captação de Empréstimos	0	5.437
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-231.286	-658
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-4.916	-2.929
6.03.05	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-9.552	-10.978
6.03.06	Recebimento na liquidação de instrumentos financeiros derivativos - principal	186.665	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	299.722	15.328
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132.441	101.853
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	432.163	117.181

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	253.685	0	253.685	0	253.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	253.685	0	253.685	0	253.685
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	740.523	253.685	0	4.630.750	0	4.630.750

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.933	0	201.933	0	201.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.933	0	201.933	0	201.933
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	588.090	201.933	0	4.426.565	0	4.426.565

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	445.172	380.080
7.01.02	Outras Receitas	445.172	380.080
7.01.02.01	Operação e Manutenção	124.234	118.821
7.01.02.02	Construção e Indenização	-540	4.444
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	322.208	264.070
7.01.02.04	Outras Receitas Operacionais	-730	-7.255
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.160	-19.488
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.462	-16.753
7.02.04	Outros	-3.698	-2.735
7.03	Valor Adicionado Bruto	435.012	360.592
7.04	Retenções	-1.145	-405
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.145	-405
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	433.867	360.187
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	89.124	69.007
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	76.690	58.794
7.06.02	Receitas Financeiras	12.434	10.213
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	522.991	429.194
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	522.991	429.194
7.08.01	Pessoal	23.760	20.454
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.724	12.459
7.08.01.02	Benefícios	6.236	6.913
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.800	1.082
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99.325	59.203
7.08.02.01	Federais	98.954	58.928
7.08.02.02	Estaduais	180	151
7.08.02.03	Municipais	191	124
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.221	147.604
7.08.03.01	Juros	72.927	246.533
7.08.03.03	Outras	73.294	-98.929
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.427	-99.587
7.08.03.03.02	Outros	-1.133	658
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	253.685	201.933
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	253.685	201.933

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até o 1º trimestre de 2016 e eventos subsequentes (nota explicativa nº 28)

- ✓ Repactuação de empréstimo com o Citibank: Em 24 de março de 2016, a Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014, com o Citibank indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 22 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento do contrato no valor de US\$62 milhões, equivalentes a R\$229.041.
- ✓ Leilão de transmissão: Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, consagrando-se a TAESA vencedora do Lote "P", com um deságio de 0% e Receita Anual Permitida em R\$56.045.
- ✓ Ratificação da destinação do resultado da Taesa de 2015: Em 18 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2015.
- ✓ Eleição do Diretor Financeiro e de Relações como Investidores: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2016 foi deliberada a destituição do Sr. João Procópio Campos Loures Vale do cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e eleito, para o mesmo cargo, o Sr. Marcus Pereira Aucélio.
- ✓ Pagamento de dividendos: Em 28 de abril de 2016, a Companhia pagou dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2015, o montante de R\$322.658 (R\$0,31220 por ação ON e PN).

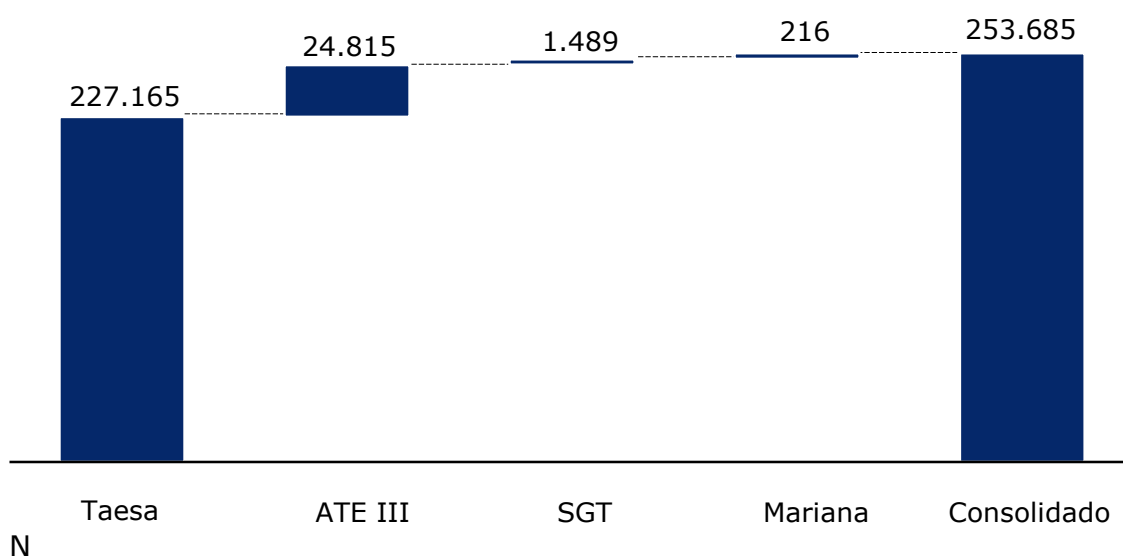
Comentário do Desempenho

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2016

1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no 1T16, um resultado consolidado de R\$253.685, apresentando um aumento de 26% em relação ao resultado de R\$201.933 alcançado no mesmo período em 2015.

Composição do Lucro Líquido do 1T16



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 1T16.

1.2 Detalhamento das Receitas

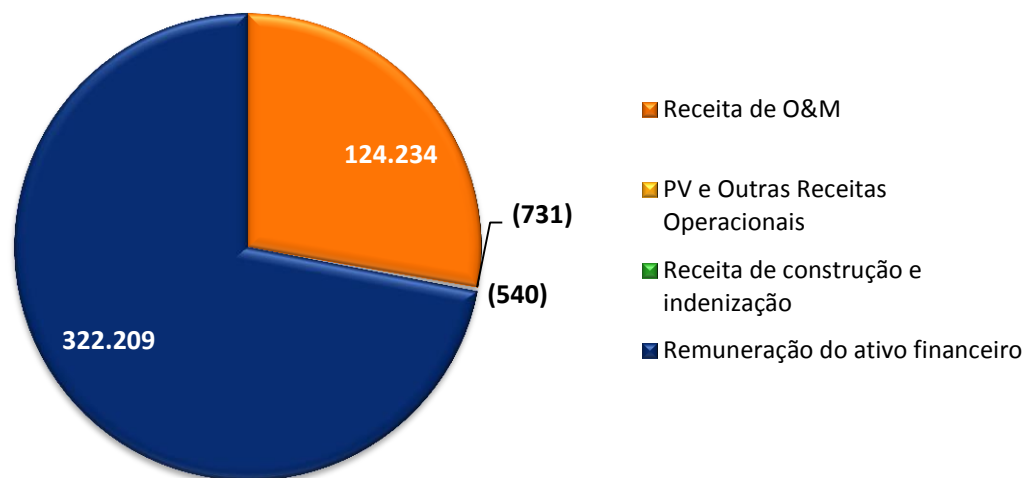
No 1T16, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$445.172, apresentando um aumento de 17,1% em relação ao mesmo período em 2015.

ROB	1T16	1T15	Var.	Var. %
Consolidado	445.172	380.080	65.092	17,1%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

Comentário do Desempenho

Composição das receitas do 1T16

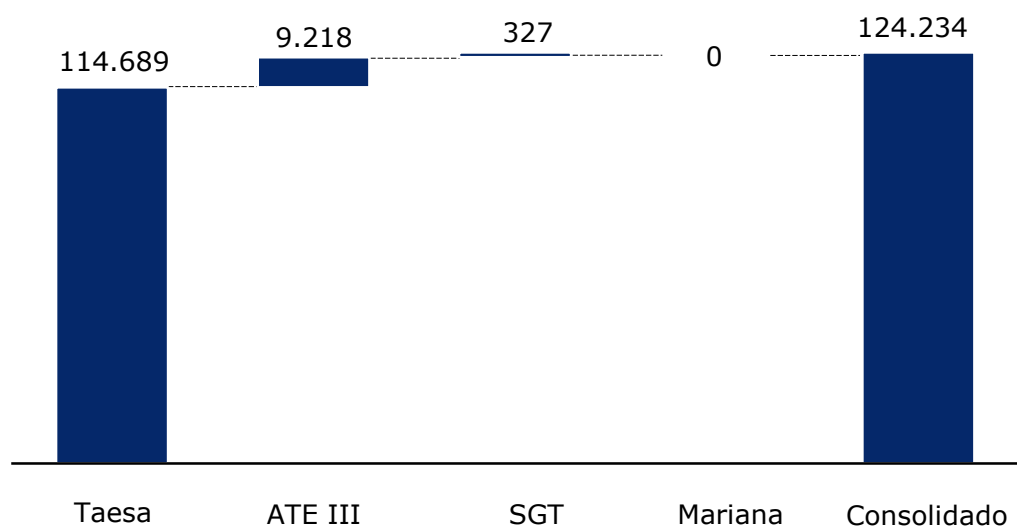


1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	1T16	1T15	Var.	Var.%
Consolidado	124.234	118.821	5.413	4,6%

Composição da Receita de O&M do 1T16



- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 4,1% e IPCA: 8,5%) - conforme Resolução Homologatória nº 1.918 de 29 de junho de 2015, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2015/2016, praticadas a partir de 1º de julho de 2015.

Comentário do Desempenho

1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

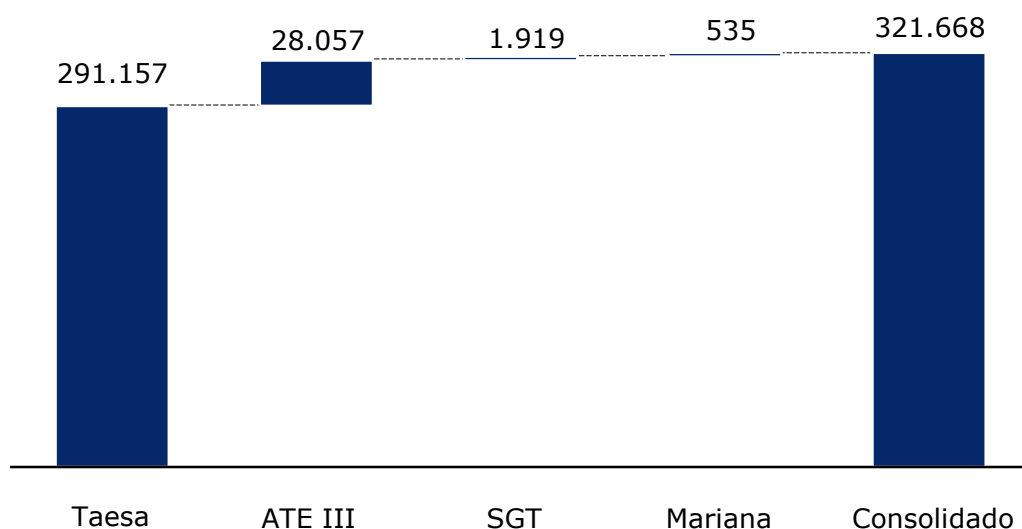
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	1T16	1T15	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	(540)	4.444	(4.984)	-112,2%
Remuneração do ativo financeiro	322.208	264.070	58.138	22,0%
Consolidado	321.668	268.514	53.154	19,8%

No 1T16, a receita de construção e indenização da Taesa consolidada somou R\$540 negativos, apresentando uma diminuição de 112,2% em relação ao mesmo período em 2015.

No 1T16, a receita de remuneração do ativo financeiro da Taesa consolidado somou R\$322.208, apresentando um aumento de 22% em relação ao mesmo período em 2015.

Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 1T16



- Processo de construção da linha de transmissão da concessão Mariana;
- Reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro;
- Reversão de adições de imobilizado no 1T16; e
- Diminuição das adições de imobilizado no 1T16, comparado ao mesmo período em 2015.

Comentário do Desempenho

1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto ETAU e BRASNORTE.

PV e outras Receitas operacionais	1T16	1T15	Var.	Var.%
Consolidado	(730)	(7.255)	6.525	-89,9%

1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No 1T16, as deduções à Receita operacional foram de R\$40.199, apresentando um aumento de 7% sobre o mesmo período em 2015. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre a Receita Operacional Bruta. No 1T16, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$21.150, apresentando uma redução de 2% sobre o mesmo período em 2015.

PIS e COFINS	1T16	1T15	Var.	Var.%
Consolidado	(21.150)	(21.587)	437	-2,0%

1.3.2 Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR), Taxa de Fiscalização (TFSEE), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). No 1T16, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$19.010, apresentando um aumento de 19,5% sobre o mesmo período em 2015. Com exceção da RGR, TFSEE, CDE e PROINFA, cujos valores são definidos pela ANEEL, os demais encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre Receita Operacional Líquida. Sendo assim, suas variações decorrem basicamente da evolução da receita.

Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no primeiro trimestre de 2016, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$404.973, apresentando um aumento de 18,2% em relação ao mesmo período em 2015.

Comentário do Desempenho

ROL	1T16	1T15	Var.	Var.%
Consolidado	404.973	342.526	62.447	18,2%

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

1.4 Custos e Despesas

No 1T16, a Taesa registrou R\$40.204 de Custos e Despesas operacionais, apresentando uma diminuição de 9,67% em relação ao mesmo período de 2015.

Custos e Desp. Operacionais	1T16	1T15	Var.	Var.%
Pessoal e Administradores	(28.123)	(23.961)	(4.162)	17,4%
Material	439	(6.843)	7.282	-106,4%
Serviços de Terceiros	(6.901)	(9.910)	3.009	-30,4%
Outros	(4.474)	(3.387)	(1.087)	32,1%
Total	(39.059)	(44.101)	5.042	-11,4%
Dep/Amort	(1.145)	(405)	(740)	182,7%
Total	(40.204)	(44.506)	4.302	-9,67%

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 1T16:

1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem basicamente da atualização dos custos e despesas com pessoal proveniente do acordo coletivo, promoções, reconhecimento de méritos e admissões.

1.4.2 Material

A variação decorreu basicamente por reversões de adições de imobilizado e pela diminuição das adições de imobilizado no 1T16, comparado ao mesmo período em 2015.

1.4.3 Serviço de Terceiros

A variação decorreu basicamente pela diminuição de custos e despesas operacionais referentes a telecomunicação, serviços de engenharia, manutenção de veículos, consultoria técnica, despesas com viagens e serviços advocatícios no 1T16.

1.4.4 Outros

A variação decorreu basicamente pelas despesas relacionadas a alugueis de veículos no 1T16.

Comentário do Desempenho

1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No 1T16, o resultado de equivalência patrimonial era composto pelas controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE (vide nota explicativa nº 11).

Resultado de Equiv. Patrimonial	1T16	1T15	Var.	Var.%
ETAU	2.560	1.729	831	48,1%
BRASNORTE	2.887	2.416	471	19,5%
Grupo TBE	71.244	54.649	16.595	30,4%
Total	76.691	58.794	17.897	30,4%

- As controladas em conjunto e as coligadas foram impactadas pelo reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro.
- As controladas em conjunto foram impactadas, também, pela diminuição dos encargos de dívidas no 1T16.
- No Grupo TBE houve a entrada em operação da coligada indireta ETSE em 2015, que ocasionou o aumento de sua receita.

1.6 Resultado Financeiro

No 1T16, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$133.787 de despesa financeira líquida, apresentando uma diminuição na despesa financeira líquida de 2,6% em relação ao mesmo período em 2015.

Resultado Financeiro	1T16	1T15	Var.	Var. %
Receitas Financeiras				
Renda de aplicação financeira	12.434	10.213	2.221	21,7%
Total das receitas financeiras	12.434	10.213	2.221	21,7%
Despesas Financeiras				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	43.003	(112.783)	155.786	-138,1%
- Debêntures	(115.930)	(133.750)	17.820	-13,3%
- Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	(74.427)	99.587	(174.014)	-174,7%
Outras Despesas Financeiras	1.133	(658)	1.791	-272,2%
Total das despesas financeiras	(146.221)	(147.604)	1.383	-0,9%
Total	(133.787)	(137.391)	3.604	-2,6%

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 1T16:

1.6.1 Renda de aplicação financeira

O principal fator que resultou a variação foi o valor da taxa média CDI no 1T15 ter sido de 12,6% a.a. e no 1T16 ter sido 14,13% a.a., o que gerou um aumento no rendimento apurado.

Comentário do Desempenho

1.6.2 Empréstimos e financiamentos

A variação decorreu basicamente pela desvalorização do dólar, que impactou o empréstimo 4.131 em moeda estrangeira com o Citibank.

1.6.3 Debêntures

No 1T16, as despesas financeiras oriundas das debêntures foram influenciadas principalmente pela queda do IPCA.

1.6.4 Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos

A variação decorreu basicamente pela desvalorização do dólar, que por sua vez gerou um saldo relativamente baixo na ponta ativa, tornando o resultado do SWAP, atrelado à dívida em moeda estrangeira, negativo.

1.6.5 Outras despesas financeiras

A variação foi impulsionada, basicamente, pelas atualizações de créditos tributários e pela diminuição de multas e juros no 1T16.

1.7 Impostos

No 1T16 a Taesa apurou uma despesa de R\$53.988, referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apresentando um aumento na despesa de 208,7% em relação ao mesmo período em 2015. Os impostos correntes foram impactados pelos efeitos da renovação dos incentivos fiscais do lucro da exploração e pela exclusão do ganho com resultado do SWAP no 1T15. Em contrapartida, no 1T16 houve a liquidação do SWAP, e por consequência, a tributação do ganho acumulado no valor de R\$219 milhões, acarretando em um imposto corrente maior do que o usual. Os impostos diferidos foram impactados devido ao diferimento do resultado positivo do SWAP no 1T15. Em contrapartida, no 1T16, devido à liquidação do contrato de swap, o saldo de diferido passivo foi integralmente baixado, o que acarretou em receita de diferido no resultado.

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

CONSOLIDADO	1T16	1T15
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	307.673	219.423
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(104.609)	(74.605)
Equivalência patrimonial	26.074	19.990
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	21.922	37.606
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	91	148

Comentário do Desempenho

CONSOLIDADO	1T16	1T15
Outros	2.533	(629)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)	(53.988)	(17.490)
Alíquota efetiva	18%	8%

1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. O contrato supracitado foi renovado por mais 2 (dois) anos. Em 2015 a remuneração da Deloitte referente aos serviços de auditoria independente das empresas do Grupo foi de R\$1.507 mil. Adicionalmente, a Deloitte prestou outros serviços profissionais de revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF no exercício de 2015, com remuneração de R\$81 mil, que representa 5,4% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2015.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 31 de março de 2016, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações financeiras intermediárias da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS	32
2. BASE DE PREPARAÇÃO	35
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	37
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	49
6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	49
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	54
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	55
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	56
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	57
11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)	58
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR.....	69
13. PARTES RELACIONADAS	73
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	78
15. DEBÊNTURES	80
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS	83
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	86
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88
19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR	91
20. COBERTURA DE SEGUROS	92
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	92
22. RESULTADO POR AÇÃO	101
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	101
24. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS	102
25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	102
26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	103
27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS	103
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	107

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores – Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT e MAR.

Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.

Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos (vide nota explicativa nº 11).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	3
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (d)	18/12/2013 11/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	n/a	2
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	328	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,98%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	2
Total						9.803	69 (c)

(a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente.

(b) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(c) As subestações ("SE") relacionadas a mais de uma concessão foram somadas e consideradas apenas uma vez.

(d) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é maio de 2017.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

O Formulário de Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia compreende as informações financeiras intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB". A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo CEMIG, o qual o Grupo Taesa é integrante. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 02 de maio de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 21).

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo financeiro de concessão – Mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento. A TRAF sofre revisão na entrada da operação comercial da concessão.

A taxa considerada variou de 6% a 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos - São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº8).

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações intermediárias.

2.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta que é de inteira responsabilidade do ONS.

2.6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016, exceto pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

3.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as informações intermediárias.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 – Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas (“Joint Operation”).
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou “Joint Venture”.
- Modificações às IFRS - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

3.1.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de março de 2016.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (a).
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (a).
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após: (a) 1º de janeiro de 2018; e (b) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pelas IFRS 9 e IFRS 16, que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	550	671	509	543
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	431.613	131.770	423.505	76.144
	432.163	132.441	424.014	76.687

Em 31 de março de 2016, a taxa média de rentabilidade era de 101,15% do CDI no consolidado e na controladora (100,75% do CDI em 31 de dezembro de 2015 no consolidado e na controladora) para CDBs e operações compromissadas, classificadas como equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, aplicações estas que se encontram fora do Fundo Pampulha.

A Companhia é participante do Fundo Pampulha, concentrando 27% de suas aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) no consolidado e 23% na controladora (46% no consolidado e 51% na controladora em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016, a rentabilidade média das aplicações financeiras do Fundo foi de aproximadamente 101,53% do CDI (103,02% em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de março de 2016, o saldo de equivalentes de caixa mantidos no Fundo Pampulha era de R\$42.348 no consolidado e R\$34.415 na controladora (R\$16.998 no consolidado e R\$11.653 na controladora em 31 de dezembro de 2015).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Fundo Pampulha				
- CDBs, operações compromissadas e debêntures	30.864	29.317	25.082	20.097
- Letras financeiras - bancos privados	57.042	46.246	46.357	31.702
- Títulos públicos	12.285	9.062	9.984	6.212
- Outros	8	17	6	13
Outros	3.433	3.330	3.432	3.330
	103.632	87.972	84.861	61.354
Ativo circulante	97.048	82.875	78.868	56.813
Ativo não circulante	6.584	5.097	5.993	4.541

6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Clientes	185.655	184.142	173.411	172.019
Parcela variável (*)	(2.908)	(5.817)	(2.861)	(5.744)
	182.748	178.325	170.550	166.275
Circulante	169.362	165.088	157.938	153.802

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Não circulante	13.385	13.237	12.612	12.473
-----------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

(*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2015 e 2016, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2015	Adição	Reversão	Valores descontados	31/03/2016
Consolidado	(5.817)	(3.672)	689	5.892	(2.908)
Controladora	(5.744)	(3.465)	647	5.701	(2.861)

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2016	31/12/2015
Consolidado	170.008	2.127	13.520	185.655	184.142
Controladora	158.718	1.998	12.695	173.411	172.019

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 21.

O saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$13.385 no Consolidado e R\$12.612 na Controladora, referem-se aos clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pelo Grupo Taesa, na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

a) Ativo financeiro de concessão

Mutação do Ativo financeiro de concessão	TRAF (a)	31/12/2015	Adição (c) e Reversão (b)	Juros e atualização monetária	Recebimentos	31/03/2016
TSN	13%	932.931	(1.563)	46.583	(66.009)	911.942
Munirah	12%	94.093	-	5.233	(4.983)	94.343
Gtesa	11%	30.877	-	1.623	(1.623)	30.877
Patesa	11%	109.423	340	5.041	(4.214)	110.590
ETEO	11%	395.716	-	19.787	(29.587)	385.916
NVT	14%	1.450.963	308	85.931	(90.578)	1.446.624
NTE	15%	434.607	-	26.500	(26.285)	434.822
STE	10%	330.294	-	16.924	(14.931)	332.287
ATE	10%	702.254	-	34.921	(27.159)	710.016
ATE II	9%	1.049.676	-	49.529	(37.821)	1.061.384
Total controladora		5.530.834	(915)	292.072	(303.190)	5.518.801
Circulante		1.160.951				1.185.040
Não circulante		4.369.883				4.333.761
Mariana	6%	11.313	375	159		11.847
ATE III	7%	627.463	-	28.058	(19.152)	636.369
SGT	10%	35.573	-	1.919	(866)	36.626
Total consolidado		6.205.183	(540)	322.208	(323.208)	6.203.643
Circulante		1.239.720				1.266.490
Não circulante		4.965.463				4.937.153

Mutação Ativo financeiro de concessão	TRAF (a)	31/12/2014	Adição	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/03/2015
TSN	13%	987.851	4.242	41.540	(63.404)	970.229
Munirah	12%	94.235	-	4.165	(4.788)	93.612
Gtesa	11%	31.437	-	1.076	(1.560)	30.953
Patesa	11%	100.650	426	3.867	(3.715)	101.228
ETEO	11%	434.560	-	17.126	(28.420)	423.266
NVT	14%	1.475.062	1.561	71.117	(86.957)	1.460.783
NTE	15%	438.547	-	21.770	(25.246)	435.071

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mutação Ativo financeiro de concessão	TRAF (a)	31/12/2014	Adição	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	31/03/2015
STE	10%	327.048	-	12.962	(14.339)	325.671
ATE	10%	682.946	-	25.952	(26.088)	682.810
ATE II	9%	1.019.910	345	36.218	(36.326)	1.020.147
Total controladora		5.592.246	6.574	235.793	(290.843)	5.543.770
Mariana	6%	2.770	1.030	50	-	3.850
ATE III	7%	605.035	(74)	27.750	(17.649)	615.062
SGT	6%	35.062	(3.086)	477	(798)	31.655
Total consolidado		6.235.113	4.444	264.070	(309.290)	6.194.337

- (a) Refere-se a média das taxas de remuneração do ativo financeiro de concessão definida na nota explicativa nº 2.4.a.
- (b) Reversão no ativo financeiro de concessão no exercício de 2016 devido a reversões de materiais destinados a manutenção da linha de transmissão, líquido de provisão de custos a serem incorridos.
- (c) Principais adições em 31 de março de 2016 estão relacionadas à reforços, subestações e concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
<u>PATESA</u> LT Paraíso – Lagoa Nova II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	R\$4.500	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da Aneel.	Portaria MME nº 14/2016 janeiro de 2016.
<u>PATESA</u> Lagoa Nova II - Açú II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	R\$4.500	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da Aneel.	Portaria MME nº 14/2016 janeiro de 2016.
<u>NVT</u> Samambaia	Upgrade do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifária ordinária, retroativa a data de energização	Projeto prorrogado para 2016. Previsão para energização 01 de junho de 2016.	-
<u>MAR</u> LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$10.990	A previsão para energização é maio de 2017. Concluído o Projeto Básico, protocolado o EIA/RIMA em 18 de novembro de 2014. Realização da vistoria ambiental nos dias 6 e 7/08/2015. Realização da vistoria de espeleologia de 3 e 6/11/2015. Previsão para emissão da Licença provisória em Abril/2016 e Licença de Instalação em Junho/2016. Projetos Executivos de LT e SE em andamento. Processo de contratação para EPC da LT em alinhamento contratual. Contratação de Cabos Condutores e Cabos Para-raios finalizados. Contratação de isoladores em andamento.	Portaria MME 182/2014

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

Principais características dos contratos de concessão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016. Não houve mudanças nos contratos neste período.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Concessão	Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015			Ciclo 2013-2014		
	Resolução 1.918 de 23/06/2015			Resolução 1.756 de 24/06/2014			Resolução 1.559 de 27/06/2013		
	Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016			Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015			Período: de 01/07/2013 a 30/06/2014		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	449.086	(42.547)	406.539	425.228	4.345	429.573	385.689	(11.803)	373.886
Gtesa	8.238	(766)	7.472	7.892	128	8.020	7.021	(212)	6.809
Munirah	32.335	(3.108)	29.227	31.059	327	31.386	28.802	(869)	27.933
Patesa	18.931	(1.820)	17.111	18.184	192	18.376	16.862	(509)	16.353
ETEO	155.851	(14.980)	140.871	149.699	1.584	151.283	138.821	(4.188)	134.633
Novatrans	460.994	(43.786)	417.208	442.435	4.669	447.104	410.285	(12.378)	397.907
STE	72.452	(7.241)	65.211	69.537	(1.189)	68.348	64.484	-	64.484
NTE	135.672	(13.382)	122.290	130.317	(2.229)	128.088	120.847	-	120.847
ATE	132.046	(12.692)	119.354	126.834	1.337	128.171	117.617	(3.879)	113.738
ATE II	204.000	(19.619)	184.381	195.948	2.026	197.974	179.035	(5.402)	173.633
ATE III	102.660	(9.782)	92.878	94.575	2.515	97.090	88.908	(2.503)	86.405
SGT	4.595	217	4.812	4.236	46	4.282	3.982	-	3.982
ETAU (*)	20.210	(1.815)	18.395	19.412	72	19.484	18.002	(523)	17.479
Brasnorte (*)	8.841	(893)	7.948	8.150	196	8.346	7.662	(243)	7.419
ENTE (*)	99.737	(9.587)	90.150	95.799	1.009	96.808	88.838	(2.680)	86.158
EATE (*)	190.568	(18.318)	172.250	183.055	1.936	184.991	169.753	(5.121)	164.632
EBTE (*)	30.254	(3.790)	26.464	29.060	712	29.772	27.336	(1.436)	25.900
ECTE (*)	16.074	(1.545)	14.529	15.442	163	15.605	14.320	(432)	13.888
ETEP (*)	43.436	(4.173)	39.263	41.706	441	42.147	38.676	(1.168)	37.508
ERTE (*)	22.384	(2.152)	20.232	21.503	214	21.717	19.941	(426)	19.515
STC (*)	14.770	(991)	13.779	13.615	298	13.913	12.798	(176)	12.622
Lumitrans (*)	9.433	(907)	8.526	9.061	96	9.157	8.402	(253)	8.149
ESDE (*)	5.770	(398)	5.372	5.719	(27)	5.692	2.697	(3.489)	(792)
ETSE (*)	3.769	(67)	3.702	1.120	110	1.230	-	-	-
Transirapé (*)	1.301	(107)	1.194	951	9	960	882	(13)	869
Transleste (*)	1.808	(174)	1.634	1.737	18	1.755	1.611	(49)	1.562
Transudeste (*)	1.110	(107)	1.003	1.066	11	1.077	988	(30)	958
TOTAL	2.246.325	(214.530)	2.031.795	2.143.340	19.009	2.162.349	1.974.259	(57.782)	1.916.477

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica Fronteira	DIT Exclusivo
Receita básica licitada - RBL	X	X	-
Receita de melhorias - RMEL	X	-	-
Receita de Novas Instalações Autorizadas - RBNI/RCDM	X	X	X
Receita dos ativos das demais concessões de transmissão licitadas - RPEC	-	-	X
PA-Apuração - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2015-2016/2014-2015/2013-2014).			

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo				
IRPJ e CSLL a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos	74.319	94.803	62.537	83.337
PIS e COFINS a compensar	18.540	19.505	18.475	18.475
Impostos e contribuições retidos	6.597	13.409	3.734	8.940
Outros	630	601	343	312
Circulante	100.086	128.318	85.089	111.064
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes	56.774	596	55.902	-
PIS e COFINS a recolher	7.809	18.230	7.456	17.986
INSS e FGTS	1.562	1.623	1.529	1.555
ISS	348	469	191	314
ICMS	1.176	2.037	23	883
Outros	2.717	1.538	2.668	1.297
Circulante	70.386	24.493	67.769	22.035

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Consolidado	31/03/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
Taesa	487.373	(621.853)	(134.480)	498.719	(684.380)	(185.661)
ATE III	9.750	(20.164)	(10.414)	11.629	(13.910)	(2.281)
SGT	-	(4.097)	(4.097)	-	(3.979)	(3.979)
Mariana	-	(932)	(932)	-	(875)	(875)
Total	497.123	(647.046)	(149.923)	510.348	(703.144)	(192.796)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	431.834	440.798	431.833	440.798
Diferenças temporárias (b)	58.913	61.728	55.540	57.921
Prejuízos fiscais	6.376	7.822	-	-
	497.123	510.348	487.373	498.719
Passivo				
Diferenças temporárias (b)	(647.046)	(703.144)	(621.853)	(684.380)
Saldo líquido	(149.923)	(192.796)	(134.480)	(185.661)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 2016	31/03/2016	31/12/2015
		IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	128.847	43.808	50.117
Provisão para participação nos lucros	5.835	1.984	4.702
Provisão para fornecedores	5.066	1.723	813
Provisão para parcela variável	2.874	977	1.978
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	566	193	926
Tributos com exigibilidade suspensa	2.262	768	522
Ajuste a valor de mercado - Dívida	1.470	500	2.670
Instrumentos Financeiros - derivativos	26.348	8.960	-
Total do ativo		58.913	61.728
Pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.098)	(713)	(791)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.900.982)	(646.333)	(614.588)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(87.765)
Total do passivo		(647.046)	(703.144)

	Base de cálculo 2016	31/03/2016	31/12/2015
		IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	119.098	40.493	46.449
Provisão para participação nos lucros	5.817	1.978	4.595
Provisão para fornecedores	5.047	1.716	806

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Provisão para parcela variável	2.861	973	1.953
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	566	193	926
Tributos com exigibilidade suspensa	2.136	726	522
Ajuste a valor de mercado - dívida	1.470		2.670
Instrumentos Financeiros - derivativos	26.354	8.961	-
Total do ativo		55.040	57.921
Pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.098)	(713)	(791)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.826.881)	(621.140)	(595.824)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(87.765)
Total do passivo		(621.853)	(684.380)

Realização de créditos tributários	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	42.355	42.355	42.355	42.355	42.355	220.059	431.834
Diferenças temporárias	27.061	22.393	9.459	-	-	-	58.913
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.052	324	-	-	-	-	6.376
	75.468	65.072	51.814	42.355	42.355	220.059	497.123

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações financeiras intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	322.070	321.313	264.949	265.018

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis (a)	5.469	4.518	4.399	4.400
Fiscais (b)	9.842	9.136	8.214	7.625
Trabalhistas	126	108	107	107
	15.437	13.762	12.720	12.132

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As descrições dos principais processos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - depósitos efetuados pela Taesa e ATE III. O saldo registrado em 31 de março de 2016 era de aproximadamente R\$434 (R\$1.137 em 31 de dezembro de 2015).

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participavam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os assessores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação das contas a pagar decorrentes de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

(b) Fiscais

PIS e COFINS - TSN - embargos à execução fiscal interpostos pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é R\$514.

PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.474.

IPI - TSN - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$771.

ICMS - ATE III - depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.337.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

CSLL, PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em 2013, com o objetivo de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$736.

CSRF, IRRF, PIS, COFINS e CSLL - NTE - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do artigo 151, II, do CTN - Código Tributário Nacional, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. O saldo registrado em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.484.

Não foi contabilizada nenhuma provisão para riscos fiscais, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos, a expectativa de perda é considerada possível.

11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	31/03/2016	31/12/2015
Controladas em conjunto	172.453	167.005
Coligadas	1.555.660	1.558.759
Consolidado	1.728.113	1.725.764
Controladas	637.126	669.593
Controladora	2.365.239	2.395.357

Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2016	31/03/2015
Controladas em conjunto	5.448	4.145
Coligadas	71.243	54.649
Consolidado	76.691	58.794
Controladas	26.521	23.801
Controladora	103.211	82.595

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	9.457.000	9.457.000	100%	100%
MAR	20.001	20.001	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas - A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora), é como segue:

	ATE III	SGT	MAR	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	614.369	9.067	20.669	644.105
Equivalência patrimonial	23.121	401	279	23.801
Saldos em 31 de março de 2015	637.490	9.468	20.948	667.906
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(46.453)	-	-	(46.453)
Equivalência patrimonial	63.838	3.452	340	67.630
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(18.428)	(915)	(147)	(19.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	636.447	12.005	21.141	669.593

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Saldos em 1º de janeiro de 2016	636.447	12.005	21.141	669.593
Dividendos adicionais propostos de 2015	(58.988)	-	-	(58.988)
Equivalência patrimonial	24.817	1.490	214	26.521
Saldos em 31 de março de 2016	602.276	13.495	21.355	637.126

Investida	Principais eventos societários	Data	Órgão	Montante
MAR	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	147
SGT	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	915
ATEIII	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	18.428
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2015	23/03/2016	AGO	58.988
ATE III	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	27/03/2015	AGO	7.858
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2014	27/03/2015	AGO	46.453

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ETAU	78.600	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	93.852	191.052.000	38,6645%	38,6645%

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

Demais acionistas

ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")

Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto se encontram nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016. Não houve mudanças nos acordos dos acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto – A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	ETAU	Brasnorte	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	74.084	86.243	160.327
Equivalência patrimonial	1.729	2.416	4.145
Saldos em 31 de março de 2015	75.813	88.659	164.472
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(7.708)	-	(7.708)
Equivalência patrimonial	8.039	6.130	14.169
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(103)	(3.825)	(3.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.041	90.964	167.005
Saldos em 1º de janeiro de 2016	76.041	90.964	167.005
Equivalência patrimonial	2.560	2.888	5.448
Saldos em 31 de março de 2016	78.601	93.852	172.453

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
BRASNORTE	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	22/04/2015	AGO	3.164
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	08/04/2015	AGO	74
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2014	08/04/2015	AGO	7.708

(*) Montante proporcional à participação do Grupo Taesa nas investidas.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Coligadas indiretas				
STC (iii)	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
Transudeste (vii)	30.000.000	30.000.000	4,95%	4,95%
Transleste (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé (ix)	22.340.490	22.340.490	4,95%	4,95%

- (i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.
- (ii) A ERTE é uma investida da Taesa, EATE e ENTE. A Taesa possui uma participação de 21,94% no capital total dessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, que possuem respectivamente 18,08% e 38,02% de participação na ERTE, a participação total direta e indireta da Taesa na ERTE é de 49,99%.
- (iii) A EATE possui 61,55% de participação na STC e a ENTE possui uma participação de 18,45% nessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação direta e indireta da Taesa na STC é de 39,98%.
- (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.
- (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vii) A EATE possui 9,90% de participação da Transudeste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.
- (viii) A EATE possui 9,99% de participação da Transleste; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (ix) A EATE possui 9,90% de participação da Transirapé; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Demais acionistas - Coligadas diretas

EATE, ENTE, ETEP	Alupar Investimento S.A.
ERTE	Alupar Investimento S.A., EATE e ENTE
EBTE	EATE
ECTE	Alupar Investimento S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC").

Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE se encontram nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016. Não houve mudanças no acordo de acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em coligadas – A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	703.796	165.021	50.941	412.701	65.702	143.670	1.541.831
Equivalência patrimonial	26.170	5.960	1.020	14.256	1.804	5.439	54.649
Dividendos adicionais propostos 2014	(48.177)	(69)	(2.325)	(14.910)	(1.469)	(4.934)	(71.884)
Saldos em 31 de março de 2015	681.789	170.912	49.636	412.047	66.037	144.175	1.524.596
Equivalência patrimonial	75.820	(10.137)	7.634	54.334	1.388	14.925	143.964
Dividendos adicionais propostos 2014	-	23	-	-	-	(2)	21
Juros sobre o capital próprio de 2015	-	-	-	(8.956)	-	(4.640)	(13.596)
Dividendos intercalares de 2015	(50.034)	-	(1.909)	(26.088)	(3.475)	(10.480)	(91.986)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	-	(4.240)	-	-	-	-	(4.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	707.575	156.558	55.361	431.337	63.950	143.978	1.558.759
Saldos em 1º de janeiro de 2016	707.575	156.558	55.361	431.337	63.950	143.978	1.558.759
Equivalência patrimonial	36.217	5.586	3.242	17.379	2.468	6.351	71.243
Dividendos adicionais propostos 2015	(50.250)	-	-	(17.188)	(3.581)	(3.323)	(74.342)
Saldos em 31 de março de 2016	693.542	162.144	58.603	431.528	62.837	147.006	1.555.660

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
ETEP	Dividendos obrigatórios de 2015	24/13/2016	AGOE	4.240
Dividendos obrigatórios de 2015				4.240
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	50.250
EETEP	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.323
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	17.188
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.581
Dividendos adicionais propostos em 2015				74.342
ENTE	Juros sobre Capital Próprio de 2015	21/12/2015	RCA	8.956
EETEP	Juros sobre Capital Próprio de 2015	21/12/2015	RCA	4.640
Juros sobre Capital Próprio de 2015				13.596
EATE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	50.034
ECTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	1.909
EETEP	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	10.480
ENTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	26.088
ERTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	3.475
Dividendos intercalares em 2015				91.986

(*) Montante proporcional à participação do Grupo Taesa nas investidas.

Outros eventos societários ocorridos nas coligadas				
Investida	Data	Evento	Aprovação	Resumo do evento
EATE	23/06/2015	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social de R\$457.288 para R\$495.627 decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$38.339, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.
ESDE	23/06/2015	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social no montante de R\$4.154, equivalentes a 2.691.215 novas ações ordinárias, sem valor nominal.

d) Informações intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações intermediárias resumidas demonstradas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das informações intermediárias - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações intermediárias das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31/03/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.643	2.024	6.667	108.851	115.518
Ativo financeiro de concessão (i)	23.897	20.871	44.768	900.125	944.893
Outros ativos circulantes	10.051	7.343	17.394	166.249	183.643
Ativos circulantes	38.591	30.238	68.829	1.175.225	1.244.054
Ativo financeiro de concessão (i)	10.428	285.253	295.681	1.664.793	1.960.474
Investimentos em participações societárias	-	-	-	786.635	786.635
Outros ativos não circulantes	103.454	2.497	105.951	118.796	224.747
Ativos não circulantes	113.882	287.750	401.632	2.570.224	2.971.856
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	8.250	5.863	14.113	303.252	317.365
Outros passivos circulantes	8.182	13.326	21.508	297.112	318.620
Passivos circulantes	16.432	19.189	35.621	600.364	635.985
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	16.339	-	16.339	820.002	836.341
Impostos e contribuições diferidas	13.174	26.909	40.083	383.404	423.487
Tributos diferidos	4.893	26.700	31.593	-	31.593
Outros passivos não circulantes	2.540	2.454	4.994	48.492	53.486

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço patrimonial	31/03/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Passivos não circulantes	36.946	56.063	93.009	1.251.898	1.344.907
Patrimônio líquido individual	99.095	242.736	341.831	1.893.187	2.235.018
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	52.108	93.851	145.959	850.392	996.354
Valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	26.493	-	27.493	703.066	730.559
Outros efeitos processo de aquisição EATE	-	-	-	2.199	2.199
Investimento total da Taesa	78.601	93.851	173.452	1.555.660	1.729.112

Balço patrimonial	31/12/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.280	701	3.981	138.602	142.583
Ativo financeiro de concessão (i)	23.032	20.183	43.215	954.696	997.911
Outros ativos circulantes	9.357	5.520	14.877	51.199	66.076
Ativos circulantes	35.669	26.404	62.073	1.144.497	1.206.570
Ativo financeiro de concessão (i)	106.769	278.563	385.332	1.701.824	2.087.156
Investimentos em participações societárias	-	-	-	781.941	781.941
Outros ativos não circulantes	4.238	2.377	6.615	47.661	54.276
Ativos não circulantes	111.007	280.940	391.947	2.531.426	2.923.373
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	8.069	5.640	13.709	303.086	316.795
Outros passivos circulantes	7.668	13.783	21.451	241.464	262.915
Passivos circulantes	15.737	19.423	35.160	544.550	579.710
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	18.508	-	18.508	871.793	890.301
Impostos e contribuições diferidas	15.270	23.936	39.206	296.920	336.126
Tributos diferidos	4.470	26.037	30.507	-	30.507
Outros passivos não circulantes	2.832	2.680	5.512	36.952	42.464
Passivos não circulantes	41.080	52.653	93.733	1.205.665	1.299.398
Patrimônio líquido individual	89.859	235.268	325.127	1.925.708	2.250.835
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.251	90.964	138.215	869.010	1.007.225
Valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	28.790	-	28.790	687.550	716.340
Outros efeitos processo de aquisição EATE	-	-	-	2.199	2.199
Investimento total da Taesa	76.041	90.964	167.005	1.558.759	1.725.764

Demonstração do resultado	31/03/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	11.205	11.892	23.097	176.013	199.110
Custos e despesas	(3.476)	(1.276)	(4.752)	(15.419)	(20.171)
Receitas financeiras	307	129	436	3.292	3.728
Despesas financeiras	(457)	(139)	(596)	(40.995)	(41.591)
Resultado financeiro	(150)	(10)	(160)	(37.703)	(37.863)
Equivalência patrimonial	-	-	-	27.985	27.985
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	1.657	(3.140)	(1.483)	(25.511)	(26.994)
Lucro do exercício	9.236	7.466	16.702	125.365	142.067
Lucro do exercício - participação da Taesa	4.857	2.887	7.744	55.726	63.470
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(2.297)	-	(2.297)	15.518	13.221
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	2.560	2.887	5.447	71.244	76.691

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	31/03/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	7.834	11.589	19.423	179.594	199.017
Custos e despesas	(1.217)	(1.459)	(2.676)	(17.185)	(19.861)
Receitas financeiras	223	305	528	3.529	4.057
Despesas financeiras	(1.714)	(880)	(2.594)	(39.546)	(42.140)
Resultado financeiro	(1.491)	(575)	(2.066)	(36.017)	(38.083)
Equivalência patrimonial	-	-	-	29.161	29.161
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.117)	(3.306)	(4.423)	(17.761)	(22.184)
Lucro do período	4.009	6.249	10.258	137.792	148.050
Lucro do período - participação da Taesa	2.108	2.416	4.524	62.970	67.494
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(379)	-	(379)	(8.321)	(8.700)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.729	2.416	4.145	54.649	58.794

(i) Ativo financeiro de concessão

Ativo financeiro de concessão	31/03/2016	31/12/2015
ETAU	133.325	129.801
Brasnorte	306.124	298.746
Controladas em conjunto	439.449	428.547
EATE	919.001	952.343
EBTE	558.753	558.629
ECTE	181.316	195.647
ENTE	585.482	605.548
ERTE	143.217	147.659
ETEP	177.149	190.180
Coligadas diretas	2.564.918	2.650.006

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2016	31/12/2015
ETAU	BNDES	jan/18	(2)	Cesta de moedas + 4.0% a.a. / TJLP + 4.0% a.a.	14.233	16.521
	BNP Paribas	dez/19	(1)	108% do CDI	10.416	10.056
Brasnorte	BNP Paribas	jun/16	(1)	108% do CDI	5.863	5.640
Controladas em conjunto					30.512	32.217
EATE	HSBC	mar/16	(1)	CDI+ 1,3%	-	19.763
	Itaú	out/17		CDI + 0,9875%	127.699	123.357
	Itaú	mar/19		CDI + 1,15%	250.144	270.959
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	162.038	162.209
EBTE	BNDES	mai/25	(3)	TJLP + 2,56%	101.576	103.978
		nov/19		4,5% a.a.	10.615	11.338
ECTE	Itaú	out/17	(1)	CDI + 0,9875%	67.799	65.488
	Itaú	mar/16		CDI + 1,30%	-	-
	Safra	fev/15		CDI + 1,30%	-	-
ENTE	Itaú	mai/20	(1)	CDI + 2,15%	70.740	70.762
	HSBC	mar/16		CDI + 1,3%	-	10.431
EETP	Itaú	ago/20	(1)	109,75% CDI	252.741	253.007
	Itaú	nov/16		112,5% CDI	9.653	13.269
EETP	Itaú	ago/20	(1)	109,75% CDI	70.249	70.318
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	70.249	70.318
Coligadas diretas					1.123.254	1.174.879

(1) Sem garantias.

(2) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(3) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2016, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Em 31 de março de 2016, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
ETAU	134	144
Brasnorte	7.295	6.842
Controladas em conjunto	7.429	6.986
EATE	2.243	2.318
EBTE	552	546
ECTE	120	120
ENTE	599	674
ERTE	2.228	2.228
Coligadas diretas	5.742	5.886

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<u>Ativos circulantes</u>				
Adiantamentos diversos	3.728	3.994	3.541	3.805
Partes relacionadas (f)	170	149	269	247
Antecipações de P&D (a)	17.195	16.110	15.752	14.667
Outras contas a receber	11.429	11.521	10.921	10.972
	32.522	31.774	30.483	29.691
<u>Ativos não circulantes</u>				
Outras contas a receber (e)	14.997	13.489	14.686	13.326
<u>Passivos circulantes</u>				
Folha de pagamento	15.237	22.153	15.042	21.862
Compensação ambiental (b)	2.546	3.641	2.212	2.212
Partes relacionadas (f)	225	1.022	184	984
Outras contas a pagar (g)	3.066	3.616	2.968	3.518
	21.074	30.432	20.406	28.576
<u>Passivos não circulantes</u>				
Rateio de antecipação (c) e parcela de ajuste (d)	125.799	144.303	117.965	135.291
Provisão para multa administrativa (h)	7.843	7.843	7.843	7.843
Outras contas a pagar	1.663	1.663	1.663	1.663
	135.305	153.809	127.471	144.797

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo, de mesma natureza, registrado na rubrica "Taxas regulamentares" nos montantes de R\$51.670 no consolidado e R\$48.483 na controladora em 31 de março de 2016 (R\$48.999 no consolidado e R\$45.967 na controladora em 31 de dezembro de 2015), quando do encerramento dos respectivos projetos.

(b) Provisão das obrigações de compensação ambiental com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Em 31 de março de 2016, foram desembolsados R\$2.671 no consolidado e R\$0 na controladora (R\$234 no consolidado e R\$0 na controladora no exercício de 2015). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no exercício, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

(c) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. Em 31 de março de 2016, foi adicionado à RAP da Companhia o montante de R\$22.765 no consolidado e de R\$24.311 na controladora (foi reduzido R\$142.473 no consolidado e de R\$133.597 na controladora em 31 de dezembro de 2015).

(d) Corresponde ao ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 31 de março de 2016, o ONS reduziu \$42.817 no consolidado e R\$40.091 na controladora da receita anual das concessionárias do Grupo Taesa (aumentou R\$74.588 na controladora e de R\$78.650 na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

(e) Referem-se principalmente a gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$5.447, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL em um prazo superior a 12 meses.

(f) Vide nota explicativa nº 13.

(g) Referem-se basicamente a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia.

(h) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, o qual teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, à 0 hora e 14 minutos. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta Taesa 267/2013. Em 21 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da Taesa.

Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias.

Em 27 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 751/2014, proferido pela SFE/ANEEL, segundo o qual a Superintendência reconsiderou parcialmente a decisão constante do Auto de Infração, com base no artigo 34 da Resolução Normativa ANEEL nº 063/2004. Em virtude da redução do valor da multa, foi revertida parte do valor da provisão inicial, estando provisionado atualmente o valor de R\$7.843.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em deliberação do processo pela Diretoria da ANEEL, conforme Reunião Ordinária ocorrida em 15 de setembro de 2015, foi confirmada a decisão proferida pela SFE/ANEEL e, ainda, revisto um ponto sustentado pela Taesa em seu recurso administrativo, culminando na redução do valor total da multa para R\$7.675. Por conseguinte, em 21 de setembro de 2015, foi publicado o Despacho nº 3.232/2015, esgotando a discussão na esfera administrativa. Como consequência, em 24 de novembro de 2015, foi recebido o Termo de Encerramento nº 0093/2015-SFE/ANEEL, determinando-se o encerramento do Processo Administrativo Punitivo nº 48500.006152/2012-53, referente ao Auto de Infração nº 1038/2013-SFE, por encontrar-se em discussão em via judicial.

Por decisão da Diretoria da Companhia, considerando a relevância do assunto e o valor total envolvido, decidiu-se pelo ajuizamento de ação na esfera judicial, para fins de anulação do ato administrativo da ANEEL e consequente revisão da multa aplicada, sendo, para tanto, apresentado seguro-garantia no valor de R\$9.232, correspondente ao valor atualizado da multa, pela SELIC acumulada no período de novembro de 2013 a setembro de 2015. A referida ação foi distribuída pela Taesa em 1º de outubro de 2015 e obtida liminar favorável à Companhia, suspendendo a exigibilidade da penalidade aplicada por meio do Auto de Infração nº 1038/2013-SFE e determinando que a ANEEL se abstenha de incluir o nome da empresa nos cadastros restritivos.

Em 26 de outubro de 2015, a Taesa teve conhecimento de que a liminar obtida ainda não havia sido cumprida pela ANEEL, manifestando-se a ANEEL pela necessidade de complementação do valor apresentado no seguro-garantia (acréscimo de 30%, em linha com o art. 656, § 2º, do Código de Processo Civil), conforme Memorando nº 645/2015-SAF/ANEEL, baseado no Parecer nº 441/2015/PFANEEL/PRF/AGU, emitido pela Procuradoria da ANEEL. Assim, a Companhia decidiu pela complementação do valor, sendo apresentado endosso de seguro-garantia para majoração da importância segurada na apólice nº 024612015000107750009763, apresentada nos autos do Processo Judicial nº 59056-56.2015.4.01.3400, comprovando a garantia do valor total de R\$12.002, incluindo o acréscimo de 30% sobre o débito principal.

Em 9 de novembro de 2015, foi confirmado, junto à ANEEL, o cumprimento da liminar obtida judicialmente, sendo suspensa a exigibilidade da multa e emitido regularmente, em 18 de novembro de 2015, o Certificado de Adimplemento em nome da Taesa.

Em 27 de novembro 2015, a ANEEL apresentou sua Contestação e em 17 de março de 2016 a TAESA apresentou sua resposta à Contestação (Réplica). A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica a probabilidade de perda desse processo como possível.

13. PARTES RELACIONADAS

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com controladas em conjunto						
1	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x	R\$49 Valor mensal	jan/2013 a jan/2017	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	Etau (**)				impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	
2	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	R\$66 Valor mensal	Jun/2015 a dez/2016	Multa diária 0,1% / Atualização anual pelo IPCA.	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados. O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento está limitada a 10% do valor total do contrato.
3	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Brasnorte (**)	R\$22 Valor mensal	abr/2013 a abr/2017	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
4	Comodato de imóvel - Taesa x Brasnorte	Não possui valor	a partir de abr/2008	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações com controladas						
5	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Mariana (**)	R\$19 Valor mensal	nov/2014 a nov/2018	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
6	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
7	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.
8	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de operação - Taesa x ATE III	R\$32 Valor mensal	mar/2015 a set/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% ao mês / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
9	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços	R\$19 Valor	mai/2014 a mai/2018	Multa de 2% ao mês /	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo,	Os efeitos do contrato retroagem a

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ATEIII (**)	mensal		Atualização anual pelo IPCA.	unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	31 de janeiro de 2013.
10	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x SGT (**)	R\$19 Valor mensal	set/2014 a set/2018	Multa de 2% ao mês / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
Transações entre as controladas e empresas ligadas						
11	Clientes x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	mar/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) As operações de "BackOffice" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

REF	Consolidado				
	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Transações com controladas em conjunto					
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	58	58	178	171
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	87	66	221	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	25	25	78	73
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
12	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	-	-	207	190
		170	149	684	434

(*) Saldo existente de R\$69 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de março de 2016 (R\$69 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2015), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Clientes".

REF	Controladora				
	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Transações com controladas em conjunto					
1	Serviços de "back-office" - Taesa x Etau	58	58	178	171
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	87	66	221	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	25	25	78	73
Transações com controladas					
6	Serviços de "back-office" - Taesa x Mariana	21	19	67	57

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

7	Reembolso de despesas Taesa x Mariana	-	1	-	-
8	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	-	1	-	-
9	Serviços de operação - Taesa x ATE III	35	35	103	104
10	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	22	21	66	61
11	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	21	21	63	58
		269	247	776	524

b) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo Pampulha e o Grupo Taesa, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir. Maiores informações sobre o Fundo Pampulha, vide nota explicativa nº 2.1.

Tipo Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 31/03/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/03/2016	Saldo em 31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	109% do CDI	466	831	379	569	3,55%	3,07%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	4.894	3.918	3.977	2.686	3,65%	3,21%
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	4.657	3.651	3.785	2.503	3,46%	3,02%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,90%	878	792	713	543	3,43%	2,99%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	2.055	1.593	1.670	1.092	4,13%	3,68%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	2.569	1.991	2.088	1.365	4,13%	3,68%
NC	Cemig Telecom	14/12/2015	110,4% do CDI	-	-	-	-	-	3,11%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	945	737	768	505	3,52%	3,04%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	268	208	218	143	3,52%	3,04%
Debênture	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	920	-	748	-	4,24%	3,79%
				17.652	13.721	14.346	9.406		

c) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	Outras contas a pagar x Prestação de serviços "Data Center" - Taesa x Ativas	R\$96 Valor mensal	abr/2014 até 36 meses do início da prestação dos serviços e assinatura do termo de aceite	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	Entre abril/2014 e agosto/2015 foram assinados diversos termos de aceites parciais, o que permitiu que partes do contrato entrassem em vigor gradativamente.
2	Outras contas a pagar x serviços prestados - Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (*)	R\$2.890 Valor total do contrato	nov/2014 até cumprimento por ambas as partes de todas obrigações assumidas.	Juros de 1% ao mês e multa de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	A Companhia terá a seu exclusivo critério e sem prejuízo da aplicação das penalidades e da apuração de eventuais prejuízos por perdas e danos decorrentes, o direito de resolver imediatamente o contrato, mediante o simples envio de notificação por escrito, quando da ocorrência: de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos, ou o	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
3	Outras contas a pagar x serviços prestados - Temo de cooperação (desenvolvimento de projeto P&D) - Taesa x Axxiom (**)	R\$802 Valor total do contrato	jul/2014 a jul/2015	Multa de 1% ao mês	descumprimento de qualquer das obrigações relativos ao contrato e seus anexos, pela contratada; da contratada violar dispositivo do contrato e deixar de retificar tal violação no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação por escrito.	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.
4	Outras contas a pagar x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Taesa x Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	abr/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
5	Outras contas a pagar x Despesa serviços prestados - Taesa x CEMIG D X UFMG	R\$1.419 Valor total do contrato	fev/2014 a fev/2017	Não há taxa de juros e atualização monetária.	O convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.	O contrato trata-se de convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de P&D.
Transações entre as controladas e empresas ligadas						
6	Outras contas a pagar x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de fev/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
7	Outras contas a pagar x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	jul/2014 a jul/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.
8	Outras contas a pagar x Outras despesas - Engenharia do proprietário - SGT x CEMIG GT	R\$320 Valor total do contrato	jan/2013 a mar/2015	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato.	Contrato liquidado em, 20 de fevereiro de 2014.
9	Contrato de compartilhamento de instalações - Mariana x CEMIG GT	R\$50 Valor mensal	Nov/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização pelo IPCA	Não houve	Não houve. Taxa ainda não vigente.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Consolidado				
	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	273	161
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (*)	184	984	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	400	338
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	91	82
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
6	CCI - SGT x CEMIG GT	3	3	10	9
7	O&M - SGT x CEMIG GT	38	35	123	74
		225	1.022	897	664

R E F	Controladora				
	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	273	161
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (*)	184	984	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	400	338
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	91	82
		184	984	764	581

(*) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$1.723 na controladora e no consolidado em 31 de março de 2016 (R\$2.626 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2015). Assinado o 1º termo aditivo em 31 de agosto de 2015, prorrogando o prazo do contrato para 31 de dezembro de 2015.

(**) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$696 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.485 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2015). Termo de cooperação encerrado.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

- a) Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016:
- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
 - Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
 - Diretoria: remuneração fixa de 61% e remuneração variável de 39%.
 - Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.
- b) Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de nove meses findo 31 de março de 2016 e de 2015:

Valores pagos nos exercícios de 2015 e 2014	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária (*)		Conselho Fiscal	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Número de membros	22	22	3	3	10	10
Remuneração fixa	569	475	1.003	926	99	89
Salário ou pró-labore	569	475	897	829	99	89
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	106	97	n/a	n/a
Remuneração variável	-	-	628	-	-	-
Participação nos resultados (**)	-	-	628	-	-	-
Valor total da remuneração	569	475	1.631	926	99	89

(*) A AGE realizada em 11 de dezembro de 2015 aprovou a alteração no estatuto social da Companhia com vistas a inserir duas novas diretorias estatutárias, passando a existir desde então 5 diretorias. No entanto até o período findo em 31 de março de 2016 não foram eleitos membros para as duas novas diretorias em questão.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(**) O valor é referente ao pagamento da remuneração variável do exercício de 2014 proporcionalizado ao período apresentado de nove meses.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Número de membros efetivos	11	11	3	3	5	5
Número de membros suplentes	11	11	-	-	5	5
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	12	12	223	197	6	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	6	3	159	96	6	6
Remuneração individual média no exercício (mensal)	9	7	181	103	7	6

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação					Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/Emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado acumulado	Vencimento final	
Moeda nacional - R\$							
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	23.504	14.665	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$							
Citibank - Contrato B - Repactuação (*)	TAESA	29/03/2016	4.131	350.000	350.000	22/09/2019	LIBOR + 1,99% a.a.

(*) Em 24 de março de 2016, a Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014, com o Citibank indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 22 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento do contrato no valor de US\$62 milhões, equivalentes a R\$229.041.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	Concessão	31/12/2015	Captação	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2016
CONTROLADORA								
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$								
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	17.788	-	109	-	(110)	(635)	17.152
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	418	-	9	-	(9)	(18)	400
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	120	-	3	-	(3)	(5)	115
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	600	-	8	-	(8)	(23)	577
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	28.591	-	210	-	(210)	(952)	27.639
BNDES-FINAME	Taesa-Patesa	433	-	6	-	(6)	-	433
		47.950	-	345	-	(346)	(1.633)	46.316
Circulante		6.612						6.624
Não circulante		41.338						39.692
Mensurados ao valor justo - moeda estrangeira com "swap" - US\$								
Citibank B - Repactuação	Taesa	619.204	-	(37.070)	(6.383)	(4.465)	(229.041)	342.245
		619.204	-	(37.070)	(6.383)	(4.465)	(229.041)	342.245
Circulante		619.204						1.528
Não circulante		-						340.717

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos								
Financiadores	Concessão	31/12/2015	Captação	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2016
Total dos empréstimos e financiamentos – Controladora		667.154	-	(36.725)	(6.383)	(4.811)	(230.674)	388.561
Circulante		625.816						8.152
Não circulante		41.338						380.409
CONSOLIDADO								
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$								
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	17.788	-	109	-	(110)	(635)	17.152
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	418	-	9	-	(9)	(18)	400
BNDES-FINAME	Taesa-NVT	120	-	3	-	(3)	(5)	115
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	600	-	8	-	(8)	(23)	577
BNDES-FINAME	Taesa-TSN	28.591	-	210	-	(210)	(952)	27.639
BNDES-FINAME	Taesa-Patesa	433	-	6	-	(6)	-	433
BNDES-FINAME	SGT	17.144	-	105	-	(105)	(612)	16.532
		65.094	-	450	-	(451)	(2.245)	62.848
Circulante		9.077						9.089
Não circulante		56.017						53.759
Mensurados ao valor justo - moeda estrangeira com "swap" - US\$								
Citibank								
Contrato B - Repactuação	Taesa	619.204	-	(37.070)	(6.383)	(4.465)	(229.041)	342.245
		619.204	-	(37.070)	(6.383)	(4.465)	(229.041)	342.245
Circulante		619.204						1.528
Não circulante		-						340.717
Total dos empréstimos e financiamentos – Consolidado		684.298	-	(36.620)	(6.383)	(4.917)	(231.286)	405.093
Circulante		628.281						10.617
Não circulante		56.017						394.476
CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo								
Citibank								
("swap")	Taesa	(258.133)	-	39.239	8.840	(9.552)	219.606	-
Contrato B								
Citibank "swap"								
Contrato B – Repactuação (*)	Taesa	-	-	9.643	16.705	-	-	26.348
Total dos instrumentos financeiros derivativos - Controladora e Consolidado		(258.133)	-	48.882	25.545	(9.552)	219.606	26.348
Empréstimos e financiamentos líquidos do "swap" - Controladora		409.021	-	12.157	19.162	(14.363)	(11.068)	414.909
Empréstimos e financiamentos líquidos do "swap" - Consolidado		426.165	-	12.262	19.162	(14.469)	(11.680)	431.441

(*) Com a repactuação do contrato B com o Citibank, o swap cambial contratado 10 de abril de 2014 foi liquidado em 29 de março de 2016, o que gerou um ganho bruto no montante de R\$219.606 (R\$186.665, líquido de IRRF). Na mesma data, a Companhia contratou um novo swap cambial com o Citibank conforme abaixo:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Contrato B - Repactuação	Dívida	Swap
Montante	USD 94.340	R\$350.000 ²
Vencimento	20/09/2019	20/09/2019
Custo da Dívida	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%)	Ponta ativa Companhia: (Libor 3 meses + Spread: 1,99%) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citibank: 114,00% CDI
Juros	Trimestrais	Trimestrais
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na Paridade Inicial da Operação R\$/US\$: 3,7100.

³ Regime de Amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo

Liquidação de empréstimo com o Citibank Contrato A - Conforme previsto no contrato de financiamento, em 10 de abril de 2015 a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.199 (US\$44.705), com base na taxa de câmbio do dia 9 de abril de 2015. Em contrapartida, a Taesa anulou a perda da variação cambial do contrato original da dívida, obtendo assim, um ganho bruto por meio do contrato de Swap no montante de R\$33.308. O "swap" refere-se a taxa de juros Libor e a variação cambial atreladas a esse contrato, de acordo com a taxa de câmbio na data da liquidação.

Taxa	Parcelas vencíveis por indexador									
	Circulante	Não circulante							Subtotal	Total
		2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021			
TJLP	22	16	21	21	21	14	-	93	115	
Taxa fixa	9.067	6.758	9.010	9.010	9.010	8.986	10.892	53.666	62.733	
Libor+US\$ (Swap CDI)	1.528	-	-	340.717	-	-	-	340.717	342.245	
	10.617	6.774	9.031	349.748	9.031	9.000	10.892	394.476	405.093	

Principais cláusulas restritivas - contratos vigentes	Taesa/SGT	Taesa
	BNDES (Santander FINAME)	Citibank
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X	
Não vender, transferir, alugar, transmitir ou alienar (em uma transação ou em uma série de transações) o todo ou parte substancial de suas propriedades ou ativos pertencentes agora ou futuramente adquiridos, que possam causar efeito material adverso.		X
Não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação, que resultem ou tenham expectativa de implicar um efeito material adverso.		X
Não fazer ou permitir qualquer alteração no método de cálculo financeiro, exceto no caso em que for requerida pelas leis brasileiras.		X

Em 31 de março de 2016, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2015	Juros e variação monetária incorridos/custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2016
Itaú BBA (2ª emissão)	392.053	14.406	-	-	406.459
Itaú BBA (3ª emissão)	2.596.194	101.524	-	-	2.697.718
	2.988.247	115.930	-	-	3.104.177
Circulante	236.273				297.993
Não circulante	2.751.974				2.806.184

(*) No período de janeiro a março de 2016 a amortização dos custos de debêntures foi de R\$135 (R\$274 em 31 de dezembro de 2015).

Taxa	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador							Subtotal	Total
		Não circulante								
		2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021			
CDI	255.327	860.000	-	-	-	-	-	860.000	1.115.327	
IPCA	43.191	-	344.402	344.402	344.402	228.661	685.985	1.947.852	1.991.043	
(-) Custos a amortizar	(525)	(240)	(211)	(211)	(211)	(211)	(584)	(1.668)	(2.193)	
	297.993	859.760	344.191	344.191	344.191	228.450	685.401	2.806.184	3.104.177	

Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures - Conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, em 15 de julho de 2015, a Taesa efetuou o pagamento da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$257.533 referentes aos Ativos TAES11 (R\$130.398) e TAES21 (R\$127.135).

Liquidação da 1ª série da 2ª Emissão de Debêntures - Conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, em 15 de dezembro de 2015, a Taesa efetuou o pagamento da 1ª série da 2ª emissão de debêntures no valor de R\$238.831, referente ao Ativo TAES12.

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão/preço	Emissão de 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série - valor total de R\$815.000.	Emissão de 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série - valor total de R\$2.160.000.
Convertibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015). 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017). 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020). 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Códigos dos Ativos	TAES12 / TAES22 / TAES42	TAEE13 / TAEE23 / TAEE33
Atualização monetária	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,40%. 2ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%. 2ª série: IPCA + 4,85%.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data de pagamento dos juros	4ª série: CDI + 1,60%. 1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	3ª série: IPCA + 5,10%. 1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Taesa no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Tais recursos foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelas concessões da Taesa (Novatrans e TSN), com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos obtidos na emissão de debêntures, complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

Principais cláusulas restritivas	Taesa	
	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.	X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Principais cláusulas restritivas	Taesa	
	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.	X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.		X

Em 31 de março de 2016, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	31/12/2015	Adições	Reversões (a)	31/03/2016
Controladora e Consolidado				
Trabalhistas	291	177	(137)	331
Fiscais	737	-	-	737
Cíveis	32	-	-	32
	1.060	177	(137)	1.100

(a) As reversões ocorreram em razão do encerramento de diversos processos fiscais, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da empresa.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e, não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

	31/03/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	2908	182.045	8830	193.783	3.978	179.853	19.255	203.086
ATE III	87	6.500	1	6.588	-	9.586	81	9.667
	2.995	188.545	8.831	200.371	3.978	189.439	19.336	212.753

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais como segue:

Taesa - TSN - referem-se basicamente aos processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 19.371 (R\$19.371 em 31 de dezembro de 2015).

Taesa - Novatrans - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$5.289 (R\$5.289 em 31 de dezembro de 2015).

Taesa - ETEO - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.824 em 31 de março de 2016 (108.911 em 31 de Dezembro de 2015). O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010.

Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Taesa - NTE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$ 7.578, sendo o valor de R\$5.448 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$ 7.761 e R\$ 5.448, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015). Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
IRPJ e CSLL correntes	(96.861)	29.029	(95.718)	30.364
IRPJ e CSLL diferidos	42.873	(46.519)	51.181	(39.765)
	(53.988)	(17.490)	(44.537)	(9.401)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	307.673	219.423	298.222	211.334
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(104.609)	(74.605)	(101.396)	(71.853)
Equivalência patrimonial	26.074	19.990	35.092	28.082
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	21.922	37.606	19.447	34.562
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	91	148	91	148
Outros	2.534	(629)	2.228	(340)
Despesa de IRPJ e CSLL	(53.988)	(17.490)	(44.537)	(9.401)
Alíquota efetiva	18%	8%	15%	4%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada indicada na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN (*)	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans (*)	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa (*)	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah (*)	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
Controlada				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015 o valor de R\$31.480.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente 56,92% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 640.714.069 ações ordinárias e 392.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

Segue composição acionária da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	-	228.775.790	22,1%	228.775.790	22,1%
CEMIG	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%	448.122.873	43,4%
Free Float	118.866.050	18,6%	237.732.008	60,5%	356.598.058	34,5%	-	-
	640.714.069	100%	392.782.652	100%	1.033.496.721	100%	676.898.663	65,5%

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

montante de R\$19.447 em 31 de março de 2016 e R\$39.060 em 31 de dezembro de 2015, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente. Outras informações vide nota explicativa nº17.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de março de 2016, foi de R\$162.146.

e) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

A seguir encontra-se a proposta da Administração para distribuição do lucro do exercício de 2015 que foi ratificada pela AGO de 18 de abril de 2016:

Proposta de destinação do lucro do exercício	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	909.423
Reserva legal (5%)	(45.471)
Reserva de incentivo fiscal	(39.060)
Lucro líquido do exercício ajustado	824.892
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,39908 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,41208 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	412.446
Dividendos intercalares pagos (R\$0,24924 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,38704 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(257.585)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,23672 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,19062 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(244.648)
	(502.233)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	27.685
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(474.548)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,31220 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,24650 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(322.659)
Resumo das destinações:	
Reservas	(84.531)
Dividendos e Juros sobre capital próprio (R\$0,79816 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,82415 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(824.892)
	(909.423)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER E A PAGAR

	31/12/2015	Dividendos obrigatórios / Aprovados / Intercalares / JCP (*)	Dividendos e JCP recebidos / pagos	31/03/2016
<u>DIVIDENDOS E JCP A RECEBER</u>				
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	492	-	-	492
BRASNORTE	3.825	-	-	3.825
EATE	18.445	50.250	(18.445)	50.250
EBTE	4.240	-	-	4.240
ENTE	7.612	17.188	(7.612)	17.188
ERTE	-	3.581	-	3.581
ETEP	3.945	3.323	(3.945)	3.323
Consolidado	38.559	74.342	(30.002)	82.899
<i>Controladas</i>				
ATE III	18.428	58.988	(77.416)	-
SGT	915	-	-	915
MARIANA	355	-	-	355
Controladora	58.257	133.330	(107.418)	84.169
<u>DIVIDENDOS E JCP A PAGAR</u>				
Consolidado e Controladora				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (**)	4	-	-	4

(*) Os juros sobre capital próprio a receber são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

(**) Dividendos a pagar a acionistas não controladores, no montante de R\$4 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco	Indenização integral (b)	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	Tokyo Marine	19/09/15 a 19/09/16	10.000	-	-	115
Risco Operacional - RO	Tokyo Marine	19/10/15 a 19/10/16	-	1.135.585	-	1.647
Seguro Veículos - Frota	Tokyo Marine	23/12/15 a 23/12/16	-	-	100% Tabela FIPE	73
D&O	Liberty Seguros	18/09/15 a 18/09/16	15.000	-	-	27

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização.

(b) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

A controlada Mariana contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 – ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Valor
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

21.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários nas notas explicativas nº 4 e nº 5, respectivamente) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

21.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
<i>Mensurados a valor justo por meio do resultado</i>				
- Caixa e equivalentes de caixa	432.163	132.441	424.014	76.687
- Títulos e valores mobiliários	96.981	82.832	78.814	56.783
- Instrumentos financeiros derivativos	-	258.133	-	258.133
<i>Empréstimos e recebíveis</i>				
- Clientes	182.748	178.325	170.550	166.275
- Ativo financeiro de concessão	6.203.643	6.205.183	5.518.801	5.530.834
<i>Mantidos até o vencimento</i>				
- Títulos e valores mobiliários	6.651	5.140	6.047	4.571
	6.922.186	6.862.054	6.198.226	6.093.283
Passivos financeiros				
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>				
- Empréstimos e financiamentos	342.245	619.204	342.245	619.204
- Instrumentos financeiros derivativos	26.348	-	26.348	-

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>				
- Fornecedores	19.306	33.712	17.577	30.528
- Empréstimos e financiamentos	62.848	65.094	46.316	47.950
- Debêntures	3.104.177	2.988.247	3.104.177	2.988.247
	3.554.924	3.706.257	3.536.633	3.685.929

21.4 Risco de mercado

A Companhia e suas controladas tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 21.6). A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 21.5).

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

21.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía 9,8% (R\$342.245) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o Citibank conforme nota explicativa nº 14). Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor) conforme detalhado na nota explicativa nº 21.7. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

21.6 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas (vide nota explicativa nº 21.8).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 31/03/2016	-	-	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2015	US\$ 44.593	US\$ 156.076	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread": 0,62%) ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	20/09/2019
Ponta ativa	143.062	495.945	342.245
Ponta passiva	(102.552)	(360.547)	(368.594)
"Swap" ativo (passivo) em 31/03/2016 ⁽²⁾	-	-	(26.348)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2015 ⁽²⁾	-	258.133	-
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2016	-	-	(26.348)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2015	-	258.133	-
Valor justo em 31/03/2016	-	-	(26.348)
Valor justo em 31/12/2015	-	258.133	-
Ganhos (perdas) 31/03/2016	-	-	(26.348)
Ganhos (perdas) 31/03/2015	22.538	77.049	-

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente dos instrumentos financeiros derivativos vigentes.

21.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Taxa anual acumulada até 31/03/2016	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	14,15%	13,38%	16,73%	20,07%
IPCA (i)	10,90%	7,05%	8,81%	10,58%
Libor (ii)	0,6291%	0,6359%	0,7948%	0,9538%
PTAX - Dólar (i)	3,56	4,05	5,06	6,08

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 22 de abril de 2016.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 22 de abril de 2016.

As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de março de 2016 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	Saldo em 31/03/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a março de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Consolidado				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	535.244	(900)	2.997	6.811
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.115.327	1.875	(6.246)	(14.192)
- IPCA	1.991.040	17.398	9.381	1.461
		18.373	6.132	(5.920)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	Saldo em 31/03/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a março de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Controladora				
Ativos financeiros				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	508.366	(855)	2.847	6.469
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.115.327	1.875	(6.246)	(14.192)
- IPCA	1.991.040	17.398	9.381	1.461
		18.418	5.982	(6.262)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros com proteção Risco: alta da taxa de câmbio e juros	Saldo em 31/03/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Controladora e consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	342.245	(23)	(567)	(1.111)
- Dólar	342.245	(47.227)	(144.595)	(241.963)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	342.245	23	567	1.111
Ponta ativa - Dólar	(342.245)	47.227	144.595	241.963
Ponta passiva - CDI	368.594	620	(2.064)	(4.690)
Efeito líquido		620	(2.064)	(4.690)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

21.10 Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	3	29.479	424.889	2.421.861	921.194	3.797.426
Prefixada	894	1.784	7.959	40.100	18.152	68.889
Consolidado	897	32.263	432.848	2.461.961	939.346	3.866.315
Pós-fixada	3	29.479	424.889	2.421.861	921.194	3.797.426
Prefixada	655	1.308	5.842	29.382	13.772	50.959
Controladora	658	30.787	430.731	2.451.243	934.966	3.848.385

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21.11 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas. (vide nota explicativa nº 16).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

21.12 Valor justo dos principais instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

	Nota	31/03/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	432.163	432.163	132.441	132.441
Títulos e valores mobiliários	5	103.632	103.632	87.972	87.972
Clientes	6	182.748	182.748	178.325	178.325
Ativo financeiro de concessão	6	6.203.643	6.202.871	6.205.183	5.816.046
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	258.133	258.133
<i>Ativos financeiros</i>		6.992.186	6.921.414	6.862.054	6.472.917
Fornecedores		19.306	19.306	33.712	33.712
Empréstimos e financiamentos	14	405.093	405.093	684.298	684.298
Debêntures	15	3.104.177	2.797.110	2.988.247	2.677.763
Instrumentos financeiros derivativos	14	26.348	26.348	-	-
<i>Passivos financeiros</i>		3.554.924	3.247.857	3.706.257	3.395.773
Controladora					
Caixa e equivalentes de caixa	4	424.014	424.014	76.687	76.687
Títulos e valores mobiliários	5	84.862	84.862	61.354	61.354
Clientes	6	170.550	170.550	166.275	166.275
Ativo financeiro de concessão	6	5.518.801	5.573.118	5.530.834	5.244.856
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	258.133	258.133
<i>Ativos financeiros</i>		6.198.227	6.252.544	6.093.283	5.807.305
Fornecedores		17.577	17.577	30.528	30.528
Empréstimos e financiamentos	14	388.561	388.561	667.154	667.154
Debêntures	15	3.104.177	2.797.110	2.988.247	2.677.763
Instrumentos financeiros derivativos	14	26.348	26.348	-	-
<i>Passivos financeiros</i>		3.536.663	3.229.596	3.685.929	3.375.445

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2016.

Técnica(s) de avaliação e informações usadas

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações intermediárias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações intermediárias.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 35 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro de concessão mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de risco e o risco Brasil, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 .

Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e cambial são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de rendimento aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

Fornecedores: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento médio de 60 dias.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os valores justos dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank são mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de juros aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros, e foram obtidos com a instituição financeira em que esses instrumentos foram contratados.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

22. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado por ação	Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015
Resultado do período	253.685	201.933
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	157.271	125.188
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	640.714	640.714
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	96.414	76.745
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	392.783	392.783
Resultado por ação ordinária - básico = (1) e (2)	0,24546	0,19539
Resultado por ação preferencial - básico = (3) e (4)	0,24546	0,19539
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,24546	0,19539
Resultado por ação preferencial - diluído (*)	0,24546	0,19539

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Remuneração do ativo financeiro de concessão	322.208	264.070	292.072	235.793
Operação e manutenção	124.234	118.821	114.689	110.032
Construção e indenização	(540)	4.444	(915)	6.574
Parcela variável (a) e outras receitas	(730)	(7.255)	(347)	(7.393)
Receita operacional bruta	445.172	380.080	405.499	345.006
PIS e COFINS	(21.150)	(21.587)	(17.773)	(18.053)
ISS	(39)	(56)	(39)	(56)
Encargos setoriais (b)	(19.010)	(15.911)	(17.885)	(14.970)
Deduções da receita	(40.199)	(37.554)	(35.697)	(33.079)
Receita operacional líquida	404.973	342.526	369.802	311.927

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional bruta	445.172	380.080	405.499	345.006
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(84.341)	(114.567)	(64.066)	(29.994)
Receita operacional bruta tributável	360.831	265.513	341.433	315.012

24. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

A Companhia e suas controladas apresentam a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. A natureza dos principais custos e despesas é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos de aquisição de materiais utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão (vide nota explicativa nº 6).

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia.

Outros custos operacionais: custos com aluguéis, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens.

Despesas com serviços de terceiros: despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de imóvel, aluguéis, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Rendimentos de aplicação financeira	12.434	10.213	9.526	8.793
Receitas financeiras	12.434	10.213	9.526	8.793
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	43.003	(112.783)	43.108	(112.664)
Debêntures	(115.930)	(133.750)	(115.930)	(133.750)
Ganho (perda) nos instrumentos financeiros derivativos	(74.427)	99.587	(74.427)	99.587
	(147.354)	(146.946)	(147.249)	(146.827)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.133	(658)	1.140	(758)
Despesas financeiras	(146.221)	(147.604)	(146.109)	(147.585)
	(133.787)	(137.391)	(136.583)	(138.792)

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 31 de março de 2016, a adesão era de 83% (84% em 31 de dezembro de 2015) do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Vide custos e despesas totais incorridos pela Companhia na nota explicativa nº 13.

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da SE de Castanhão e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da SE de Açailândia) e ETSE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE e SGT

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas				
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021
Taesa (TSN)	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014 (a)
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010 (b)
	Goianinha - Mussurê (Concessão Gtesa) Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	339/2003 2013-006944/TEC-RLO 1927	21/08/2003 07/03/2014	26/06/2025 07/03/2016 (h)
Taesa (TSN)	Ampliação da SE Sapeaçu	1156/2013	15/09/2014	19/05/2022
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014 (c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	23/12/2025
	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	23/12/2025
Taesa	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas				
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento
(ATE) Taesa (STE)	Uruguiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	01/02/2026
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012 (a)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014 (d)
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021
Brasnorte	Juba - Jauru	312086/2015	12/11/2015	11/11/2018
	Brasnorte - Nova Mutum	311067/2015	11/02/2015	10/02/2018
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015 (e)
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/2007	27/02/2015	26/02/2021
EBTE	Juína - Brasnorte	302381/2011	29/08/2014	31/08/2017
	Juba - Brasnorte	307698/2013	01/10/2013	30/09/2016
	Parecis - Brasnorte	307467/2013	03/09/2013	02/09/2016
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	308393/2014	10/01/2014	09/01/2017
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013 (f)
	SE - Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016
	SE - Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014 (f)
ERTE	Vila do Conde - Castanhal - Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015 (f)
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014 (d)
ESDE	SE - Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016
Transleste	SE - Montes Claros - SE - Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015 (g)
Transudeste	SE - Itutinga	571/2011	25/07/2011	25/07/2019
	SE Juiz de Fora			
Transirapé	SE - Irapé	077/2011	15/06/2011	30/03/2017
	SE - Araçuaí 2			
ETSE	LTs 525 KV SE - Abdon Batista	8174/2014	12/11/2014	11/11/2018
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	8166/2014	12/11/2014	11/11/2018
	SE - Gaspar	8016/2014	07/11/2014	06/11/2018
	LT Blumenau - Biguaçu	8179/2014	12/11/2014	11/11/2018

- (a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).
 (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
 (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.
 (d) Renovação solicitada à SEMA - PA e válida até sua manifestação.
 (e) Renovação solicitada à SEMA - MA e válida até sua manifestação.
 (f) Renovação solicitada à FATMA - SC e válida até a sua manifestação.
 (g) Renovação solicitada à SUPRAM - MG e válida até a sua manifestação.
 (h) Renovação solicitada à IDEMA e válida até a sua manifestação.

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 12.b.

Na controlada em conjunto Brasnorte, existe uma obrigação em relação a FUNAI de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$ 841. O investimento se apresenta da seguinte forma: R\$290 realizados em 2015, contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, e estimativa de R\$401 em 2016 e R\$150 em 2017.

Na controlada em conjunto ETAU, as compensações ambientais descritas a seguir são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 31 DE MARÇO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015.; e

(b) Reposição Florestal da ETAU com o IBAMA/RS e a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2016. Em 31 de março de 2016 e dezembro de 2015, o saldo provisionado na rubrica "Outras contas a pagar" no passivo circulante para essa compensação ambiental era R\$1.480.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objetivo de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato foram reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba ofereceu garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato.

Em 18 de março de 2014, os equipamentos objeto do contrato iniciaram a operação comercial, sendo que posteriormente em 12 de maio de 2014, a SGT encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente a emissão do Certificado de Aceitação Provisória ("CAP"). O Certificado de Aceitação Definitivo do contrato deverá ser emitido após 24 meses do início da operação comercial.

Em 24 de fevereiro de 2015, a SGT assinou um termo de quitação e encerramento e aditivos celebrado com a Toshiba e obteve o aceite da Toshiba em relação a aplicação da penalidade prevista no contrato, referente ao atraso na conclusão da obra que acarretou em atraso na energização e entrada em operação da subestação. A penalidade foi aplicada em forma de retenção do pagamento a Toshiba no montante de R\$2.047 mil reconhecido como redutor do ativo financeiro de concessão da Companhia decorrente do menor custo incorrido para a construção da Linha de Transmissão SE São Gotardo II - MG, na data de recebimento do referido instrumento de quitação e encerramento em contrapartida a uma redução do saldo de fornecedores a pagar.

Arrendamento operacional

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 31 de março de 2016 no montante de R\$677 (R\$867 em 31 de março de 2015). O contrato de aluguel é pago em reais, reajustado anualmente com base no IGP-M e após a renegociação passou a ter o prazo de 120 meses, com vencimento em 1º de janeiro de 2026.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2.031	13.543	9.932	25.506

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eleição do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores – Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2016 foi deliberada a destituição do Sr. João Procópio Campos Loures Vale do cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e eleito, para o mesmo cargo, o Sr. Marcus Pereira Aucélio.

Pagamento de dividendos – Em 20 de abril de 2016 a TAESA divulgou, por meio de aviso aos acionistas, o pagamento dos dividendos aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2016.

Total de Dividendos Aprovados (R\$)	Dividendos Aprovados por Ação (R\$)	Dividendos Aprovados por UNIT TAE11 (R\$)
R\$ 824.891.842,56	R\$ 0,80	R\$ 2,39
Total de Dividendos e Juros sobre Capital pagos em 2015 (R\$)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por ação pagos (R\$)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio por UNIT TAE11 pagos (R\$)
R\$ 502.233.583,74	R\$ 0,49	R\$ 1,46
Total de Dividendos a Pagar até 31 de dezembro de 2016 (R\$)	Dividendos a Pagar por Ação (R\$)	Dividendos a pagar por UNIT TAE11 (R\$)
R\$ 322.658.258,82	R\$ 0,31	R\$ 0,94

Em 27 e 28 de abril de 2016, os acionistas com posição no dia 18 de abril de 2016 receberam os dividendos, conforme tabela abaixo, apresentada em R\$:

Data de pagamento	Acionistas	Ações ON	%	Ações PN	%	Capital Total	%	Dividendos
28/04/2016	FIP Coliseu	228.775.790	35,71%	-	0,00%	228.775.790	22,14%	71.423.930,59
28/04/2016	Cemig	293.072.229	45,74%	155.050.644	39,47%	448.122.873	43,36%	139.904.213,53
27/04/2016	Mercado	118.866.050	18,55%	237.732.008	60,53%	356.598.058	34,50%	111.330.114,70
	Total	640.714.069	100%	392.782.652	100%	1.033.496.721	100%	322.658.258,82

Ratificação da destinação do resultado de 2015 – Em 18 de abril de 2016 a Assembléia Geral Ordinária ratificou a destinação do resultado de 2015 descrita na nota explicativa nº 18 – Patrimônio Líquido.

Leilão de Transmissão - Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, consagrando-se a TAESA vencedora do Lote "P", com um deságio de 0% e Receita Anual Permitida em R\$56.045. O Lote "P" possui a seguinte composição: LT 500 kV Miracema - Lajeado, C2, 30 km; LT 230 kV Lajeado - Palmas, C1 e C2, 60 km; SE Lajeado (pátio 500 kV e 2ª Transformação 3 x 320 MVA); e SE 230/138 kV Palmas - 2 x 200 MVA.

* * * * *

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 31 DE MARÇO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Diretores	Cargo
José Aloise Ragone Filho	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
João Procópio Campos Loures Vale	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Cargo Vago	Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Allan Kardec de Melo Ferreira (Indicado pela CEMIG)	Eduardo Lucas Silva Serrano (Indicado pela CEMIG)
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (Indicado pela CEMIG)	João Paulo Dionisio Campos (Indicado pela CEMIG)
Oscar Santos de Faria (Indicado pela CEMIG)	Roberto Schafer de Castro (Indicado pela CEMIG)
Paulo de Moura Ramos (Indicado pela CEMIG)	Luiz Antonio Vicentini Jorente (Indicado pela CEMIG)
Samy Kopit Moscovitch (Indicado pela CEMIG)	Flávio de Almeida Araújo (Indicado pela CEMIG)
Bruno José Albuquerque de Castro (Indicado pelo FIP Coliseu)	Roberta da Rocha Miranda Lopes Borio (Indicado pelo FIP Coliseu)
Carlos Roberto Cafareli (Indicado pelo FIP Coliseu)	Antônio Pedro da Silva Machado (Indicado pelo FIP Coliseu)
Ponciano Padilha (Indicado pelo FIP Coliseu)	Marco Adiles Moreira Garcia (Indicado pelo FIP Coliseu)
Jorge Kalache Filho (Indicado pelo FIP Coliseu)	Jarbas Antônio de Biagi (Indicado pelo FIP Coliseu)
Jorge Raimundo Nahas (Independente)	Stênio Petrovich Pereira (Independente)
Carlos Augusto Derraik (Independente)	Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro (Independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Marília Carvalho de Melo (Indicado pela CEMIG)	Aluísio Eustáquio de Freitas Marques (Indicado pela CEMIG)
Antônio de Pádua Ferreira Passos (Indicado pela CEMIG)	Rodrigo de Oliveira Perpétuo (Indicado pela CEMIG)
Mozart Bandeira Arnaud (Indicado pelo FIP Coliseu)	Pedro Marcelo Luzardo Aguiar (Indicado pelo FIP Coliseu)
Nilton Roberto Pinheiro (Indicado pelo FIP Coliseu)	Maria Luiza Garcia Pereira (Indicado pelo FIP Coliseu)
Alexandre Pedercini Issa (Minoritários)	Ronald Gastão Andrade Reis (Minoritários)

**Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos

Contador

CRC 1RJ 093.376/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 1º trimestre de 2016, findo em 31 de março de 2016. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2016.

Alexandre Pedercini Issa

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Marília Carvalho de Melo

Mozart Bandeira Arnaud

Nilton Roberto Pinheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2016, findo em 31 de março de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2016.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Presidente

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

João Procópio Campos Loures Vale

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2016, findo em 31 de março de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2016.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Presidente

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

João Procópio Campos Loures Vale

Diretor de Desenvolvimento de Negócios